

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA**

ATA DO GRUPO DE TRABALHO  
CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

Aos trinta de junho de dois mil e vinte (30/06/2020), em virtude da Decretação da Situação de Emergência em Saúde Pública para prevenção ao contágio pelo COVID – 19 e da Portaria Conjunta nº 01 de 20/03/2020, o Grupo de Trabalho constituído em reunião do Conselho Municipal de Cultura realizada por videoconferência em 09 de junho, realizou a quinta reunião de forma remota com a presença de Adriano Esturilho, Dito Salgado, Paulo Sandrini, Paula Gomes, Isadora Flores, Bernardo Beduino, Téo Ruiz, Giselle Lima, Bella Souza, Jossane Ferraz, Loismary Pache, José Roberto Lanza, Maria Angélica da Rocha Carvalho, Ana Cristina de Castro (Presidente da FCC) e Breno Lemos (superintendente da Secretaria Municipal de Finanças). Adriano abre a reunião agradecendo a presença de Ana Cristina e avisa que a Presidente da FCC tem compromissos agendados assim será otimizado o tempo para aproveitar a presença da mesma. Breno Lemos entra na reunião se desculpando pelo atraso, pois está participando de três reuniões simultâneas e diz imaginar que encontra todos mais animados pelas boas notícias de ontem, referindo-se a Lei Emergencial Aldir Blanc. Segue informando que acompanha diariamente os dados econômicos, a situação da pandemia, hoje com bandeira laranja em Curitiba, como também as notícias do Estado. Existe um agravante da possibilidade de novas medidas que devem ser divulgadas pelo Governo do Estado ainda hoje, para daí analisar os impactos e as medidas locais necessárias. Era esperado que em junho aconteceria a retomada gradativa da economia, mas infelizmente não é essa a realidade. Do ponto de vista das previsões está tudo paralisado, mesma análise de 15 dias atrás. Acompanha as alterações de bandeiras para classificação COVID-19 que é atualizada de sexta-feira para sábado, e pode-se esperar até a bandeira vermelha, não se sabe ainda. Resumindo é preciso aguardar o Decreto Estadual e seus impactos a nível municipal, como também a evolução da pandemia em Curitiba. Ana Cristina sugere que Breno seja liberado para atender as demais reuniões, mas ele se coloca à disposição para acompanhar o GT e responder questões. Assim Téo dirige-se a Breno colocando que sabe da situação fiscal do município e imagina as dificuldades, mas se a PMC foi pega de surpresa com o agravamento da pandemia e o novo decreto estadual, imagine a área cultural. É mais um indicativo que a produção cultural não será retomada em 2020, sendo necessária uma atuação mais firme da Prefeitura para atender as demandas da classe artística. Ressalta que o veto ao prazo de repasse de recursos na Lei Aldir Blanc traz preocupação e pergunta quais serão as ações da PMC que vão além da Lei Emergencial. Reforça que a Lei Emergencial é para ser realizada em 60 dias, mas e depois, como fica o retorno pós-pandemia. Reforça a necessidade de descontingenciamento do FMC e afirma que não acredita que 11 milhões representem um valor tão expressivo a nível de PMC, que faça tanta diferença no orçamento total. Pede que o Prefeito se manifeste e apoie a área cultural. Fala da flexibilização de ritos e editais lembrando da situação emergencial. Relata que com toda a humildade e respeito aos profissionais da PMC, não consegue entender como que a produção cultural, que representa 3% do PIB, não consegue ações positivas, como a liberação do FMC. Considera que o descontingenciamento do FMC não

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA

fere a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois trata-se de orçamento já previsto na LOA. Questiona quanto tempo mais a classe artística terá que esperar. Afirma que a Lei Aldir Blanc representa um ganho, mas paira a dúvida do prazo de repasse dos recursos aos estados e municípios. Como fica a situação da área cultural até se efetivarem os repasses da Lei Emergencial, dependendo da mobilização dos próprios artistas para cestas básicas, sendo que alimentação não é a única necessidade, existem outras despesas. O Prefeito precisa ouvir os artistas, nossa classe não faz buzinaço em frente a casa do Prefeito como as demais, respeitamos e reconhecemos a situação atual, inclusive de se evitar aglomerações. Finaliza deixando o registro que são apenas 11 milhões e que o descontingenciamento não deve ser um esforço impossível para a PMC. Breno declara ser solidário com os pleitos aqui colocados, mas lembra que existem restrições orçamentárias, financeira e legais. Não utiliza as restrições como justificativa, não é essa a intenção, não é o caso de entrar em detalhamentos legais, mas a redução de receita infelizmente é uma realidade. Esclarece que como técnico da PMC passa as informações trazidas pelo GT aos seus superiores, assim como Ana Cristina também, não existe má vontade, existe sim falta orçamentária e restrição legal para prever algumas ações. Permanentemente os pleitos trazidos aqui são discutidos na PMC. Paulo Sandrini coloca que após o envio da Carta Aberta ao Prefeito esse GT foi montado para discutir vários assuntos, mas agora se faz necessário um retorno do Prefeito Rafael Greca, não tem como esperar. Precisa de uma resposta efetiva e da participação de representante do gabinete do Prefeito nas reuniões do GT. Relata que Curitiba é o quinto PIB nacional e que municípios com PIBs inferiores estão agindo e Curitiba não. Alerta que artistas que dão aula de música estão para perder seus empregos, piorando a situação atual. Declara que não quer acreditar que esse GT só está protelando uma resposta negativa da PMC. Reforça que não é sabido quando será realizado o repasse dos recursos da Lei Emergencial. Pede que o Prefeito não seja reflexo de inoperância, precisa agir. Reforça que a classe artística não vai fazer buzinaço, que reconhece que o trabalho da PMC é sério, com problemas sanitários e econômicos, mas que os artistas não podem ser esquecidos. Finaliza dizendo que a informação da urgência da classe artística tem que chegar ao Prefeito. Isadora pede esclarecimentos a Breno sobre despesas realizadas pela PMC, como inauguração do carrossel de led e aquisição de obras de arte, sabe que são processos anteriores à pandemia, mas acredita que nesse momento de urgência poderiam ter sido protelados, pede também informações sobre o Natal 2020. Ana Cristina informa que realmente os processos do Coreto Digital são de 2019 e lembra que trata-se de um novo espaço cultural que também vai beneficiar os artistas, os conteúdos digitais produzidos podem ser divulgados lá, melhoria de espaço cultural sempre é um ganho. Quanto ao Natal 2020 relata que não se tem a programação por conta de toda a situação de pandemia, ainda não se sabe ao certo como serão as condições em dezembro, assim tudo está em discussão e estudos, incluindo orçamento. Cita as falas de Téo e Paulo quanto a inércia do poder público afirmando que não houve, pois lembra que o Edital FCC Digital foi o primeiro lançado entre as capitais, sendo inclusive modelo para muitas e que o segundo edital já está em fase de elaboração. Reconhece que o FMC é importante, mas é necessário aguardar o cenário de arrecadação. Relata que mantém contato com Cibele para agendar

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA**

a reunião com o Prefeito, e será realizada em momento oportuno. Breno esclarece o questionamento de Isadora informando que a SMF é responsável pelas previsões de despesas em LOA, sendo de responsabilidade dos ordenadores de despesas a execução efetiva. Entende o desabafo de todos, mas reforça que a PMC não está parada, existem projetos de lei propostos para avançar, contribuir e socorrer a todos, não existe inoperância. Declara entender as reivindicações e ser solidário, mas é importante se atentar ao cumprimento das leis, para as quais existe respaldo federal e a possibilidade legal de alteração, a mesma será realizada. A PMC está aguerrida para atender a todos. Ana Cristina informa que esteve em reunião com a SGM para remanejamento de recursos de emendas parlamentares, outra ação para ajudar a área cultural. Téo relata saber do empenho e esforço de todos e diz ser favorável a criação do Coreto Digital, concorda com Ana Cristina que um espaço cultural é um ganho para todos, mas isso em situação normal. Questiona se nesse momento de pandemia, onde a população não vai usufruir imediatamente do Coreto, seria necessário a abertura. Fala que realmente não é questão de inércia, que a FCC se empenha e faz acontecer, reconhece isso, mas a burocracia atrapalha, os ritos processuais em tempos normais são seguidos, mas em situação emergencial devem ser revistos. Sabe que os editais da FCC são com recursos remanejados de emendas parlamentares e pergunta até quando a cultura vai depender disso. Em situação emergencial falta a ação do Prefeito, a FCC fica sem o suporte da PMC para que possa trabalhar nos editais e projetos. Sabe do potencial e dos esforços da FCC, mas o problema são os recursos, então tem que acontecer com mais apoio da PMC. Questiona se a Procuradoria não pode flexibilizar nas questões legais por ser momento de situação emergencial. Ana Cristina diz dividir essa angústia com todos, a burocracia é árdua, mas por outro lado nos protege, gestores e artistas. Comenta já ter solicitado ao Procurador, que assiste a FCC, estudos que possam vir a viabilizar qualquer flexibilização, mas até o momento não existe respaldo legal vindo do Governo Federal. Relata que foi informada que o Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Gestores de Cultura das Capitais e Municípios Associados, Nei Carrasco, participa nesse momento de reunião com o Governo Federal, inclusive com a presença do Ministro da Economia, para discussões sobre a Lei Emergencial, na próxima reunião traz mais informações. Comunica da realização, pela Superintendência de Cultura do Estado, de seminário on-line sobre a Lei Emergencial no dia 8 de julho, e que a FCC participará com dois representantes, sugere que este GT entre em contato para tentar viabilizar a participação de representantes. Informa que a FCC está organizando uma força tarefa junto a SGM, PGM e SMF para criar velocidade e organizar todos os procedimentos legais dentro dos 60 dias de prazo da Lei Emergencial. Existe um entendimento da Procuradoria que a modalidade prêmio também trata-se de uma seleção, com prazos legais que talvez sejam maiores que dos editais, estão estudando isso. Lois lembra da alteração na Lei de Incentivo para adequações quanto a execução da Lei Emergencial, onde pretende-se reduzir os prazos de acordo com a regulamentação federal. Adriano pede esclarecimentos do processo de alteração da Lei de Incentivo, se já foi enviado a Câmara Municipal e Ana Cristina informa que seguirá essa semana. Ana Cristina relata ter conversado com a Superintendente de Cultura para participação nas reuniões desse GT e

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA**

foi informada por ela que realizaria uma agenda específica com o grupo, pergunta se aconteceu. Isadora informa que a reunião será realizada amanhã (01/07) com o Coletivo Coragem, para discutir vários assuntos. Adriano coloca a importância de agendar uma reunião específica do GT com a Superintendência de Cultura. Paula Gomes faz um reforço às falas anteriores deixando claro que não trata-se de nada pessoal, mas que a sociedade civil tem que cobrar as ações do poder público. Alega que a Lei Aldir Blanc não deve ser muleta para a PMC se esquivar da obrigação dos recursos municipais. A sociedade civil quer participar das decisões de uso do dinheiro público. Paulo Sandrini reforça que realmente a crítica não é pessoal, que os artistas sempre são bem recebidos pela FCC, mas é necessário um retorno da PMC, os coletivos cobram um retorno dos representantes desse GT. Ana Cristina fala da importância do trabalho conjunto, aprender juntos, que admira esse GT por ter um olhar do coletivo, antigamente os artistas defendiam interesses próprios, agora defendem o coletivo. Que as críticas trazidas aqui são construtivas e ajudam na melhoria das ações. Lembra que foi realizado um importante trabalho tanto no Mecenato Subsidiado quanto no Fundo Municipal de Cultura, e que a previsão era alcançar aproximadamente 10 milhões em 2020, mas fomos surpreendidos com essa pandemia e houve a necessidade de reorganização. Breno é um grande aliado, e todos juntos, comprometidos, vamos superar essas dificuldades. Ana Cristina se despede informando que vai para uma reunião para acertar reforços nas equipes da FCC por conta das demandas da Lei Emergencial, agradece a Breno por não ter nos abandonado e confirma presença na próxima reunião de quinta-feira (02/07). Breno também se despede declarando que a PMC está aqui para servir, não se consegue atender a tudo, mas se esforça para tanto. Contem comigo, batalharei por todos. Adriano encaminha para o encerramento sendo que na próxima reunião será discutida a Lei Aldir Blanc. Téo sugere mais estudos e retorno de informações de Ana Cristina para as questões da Lei Aldir Blanc e pede para constar em ata a ausência de representante do Gabinete do Prefeito, solicitando que para as próximas reuniões tenhamos alguém com essa representação. Reforça a fala de Paulo que os representantes dos Coletivos aqui presentes são cobrados de retornos e que a presença de representante do Gabinete do Prefeito, pelo menos uma vez na semana, é muito importante. Lembra da fala sobre as ações do ICAC e sugere convite a Marino para falar sobre o ICAC. Declara estar esperançoso, mas apreensivo, sabe do trabalho de todos, mas é preciso um retorno definitivo da PMC. Além da Lei Aldir Blanc se faz necessário uma direção clara da PMC de quais outros apoios a classe artística pode ter, via FCC, FAS ou outro órgão. Beto lembra que não se pode confundir metodologicamente as falas trazidas aqui, que assuntos gerais devem ser pactuados com o Conselho Municipal de Cultura, que esse GT foi indicado para atribuições específicas quais sejam, sugestões para o segundo edital FCC Digital, FMC e Lei Aldir Blanc. Que já foi vencida a etapa das sugestões para o edital, que com relação ao FMC deve-se aguardar e que o foco agora são os estudos referentes a Lei Aldir Blanc. Recomenda que o convite a Marino para falar sobre ICAC seja pelo Conselho. Sugere que todos já pensem em recortes para as modalidades II e III e tragam suas contribuições para agilizar os trabalhos. Levanta ainda a possibilidade de realizar um credenciamento dos espaços culturais, talvez por CNAE vinculado a

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA**

propriedade ou contrato de locação do espaço e apresentação de portfólio de atividades culturais, um edital simples com a intenção de conhecer a demanda. Solicita que todos analisem a proposta e elaborem sugestões de formulário de cadastramento. Conhecendo a demanda é possível sugerir valores para contemplar todos os cadastrados e o restante direcionar para os editais da modalidade III. Finaliza comentando da fala de Paula Gomes e esclarecendo que desde o início dessa gestão, todos os editais tem sido discutidos com a classe e com os setoriais ou são elaborados com base no Plano Municipal de Cultura, não é uma prática que surgiu agora na situação de emergência, sempre foi feito dessa maneira. Adriano fala que vai solicitar reunião extraordinária do Conselho Municipal de Cultura para convidar representante do ICAC. Isadora informa da live que acontecerá amanhã (02/07) com Juca Ferreira e convida a todos para prestigiar. Adriano encerra a reunião agradecendo a presença de todos, ficando a próxima agendada para o dia 02 de julho, 15h. Sendo o que havia, eu, Maria Angélica da Rocha Carvalho, lavrei a presente Ata que segue com a minha ciência e dos demais presentes, relacionados abaixo.

Adriano Esturilho

Ana Cristina de Castro

Bella Souza

Bernardo Beduino

Breno Lemos

Dito Salgado

Giselle Lima

Isadora Flores

José Roberto Lanza

Jossane Ferraz

Loismary Pache

Maria Angélica da Rocha Carvalho

Paula Gomes

Paulo Sandrini

Téo Ruiz